

## **O Mercado Sobe o Morro. A Cidadania Desce? Estudo Sobre os Efeitos da Pacificação no Santa Marta**

### **Resumo:**

O estudo de caso aborda a rearticulação entre Estado, Mercado e Comunidade na favela Santa Marta após a implantação da UPP, com ênfase nos efeitos sobre a vida dos moradores. Foi realizada pesquisa de campo com entrevistas semiabertas e observações participantes. Os dados sugerem que a presença estatal foi um pré-requisito para a expansão do mercado no território. Nesta nova conjuntura, a chegada de benefícios foi acompanhada pelo encarecimento da vida no território, gerando inseguranças quanto à sustentabilidade desta política e à possibilidade de resistir à remoção branca que se prenuncia com a expansão desordenada do mercado.

**Palavras-chave:** Estado, mercado, comunidade, cidadania, favela, Santa Marta, política pública, Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

## Introdução

Ao longo da história o Rio de Janeiro assistiu à expansão descontrolada das favelas, como consequência da alteração de políticas de negação, repressão, remoção e invisibilidade desta questão na agenda pública. Quando a favela deixa de ser invisível para o poder público ela passa a ser vista como um problema social, a partir do século XIX (VALLADARES, 2000), alimentada pela precariedade destas aglomerações urbanas consideradas subnormais e pelos mitos da marginalidade de suas populações (PERLMAN, 1981). A favela vista como problema retorna repetidamente à agenda política ao longo da história mais pelo incômodo que gera a cidade do que pela perspectiva da assistência social (ZALUAR; ALVITO, 2006).

A ausência de bens públicos e de políticas voltadas para a melhoria de vida dos favelados permitiu que a redução das práticas repressivas após a redemocratização fosse acompanhada pela presença e domínio do tráfico armado, o que fez deste território um espaço marcado pela precariedade da ordem estatal, do mercado e da condição de cidadania. Vulnerabilidades, precariedades, informalidades e violências marcaram o padrão de relação destes territórios e populações com a ordem social urbana.

Mais recentemente, mudanças nas políticas urbanas e de segurança, embora descontínuas, indicaram uma nova perspectiva voltada para a integração das favelas à cidade, informados tanto pela gravidade assumida pelo problema da violência urbana quanto pela expectativa de realização de eventos internacionais na cidade. No campo da intervenção urbana o Programa Favela-Bairro desenvolvido na década de 1990 voltou-se para a urbanização das favelas e foi seguido por outras iniciativas políticas similares de diferentes níveis governamentais, mesmo que limitadas ao aspecto urbano. Mais recentemente, o programa federal PAC das favelas busca enfrentar conjuntamente questões de urbanização e a precariedade das moradias nestes territórios. Já a política de segurança pública do atual governo do estado do Rio de Janeiro, que tem como principal pilar o policiamento comunitário por meio da implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), de certa forma, inspira-se em experiências descontinuadas de policiamento comunitário implementadas no passado, como o Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO), o Posto de Policiamento Comunitário (PPC) e, mais recentemente, o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE). Políticas do governo federal como o PRONASCI também reforçaram esta linha que busca introduzir o componente de cidadania e respeito aos direitos humanos na formação e abordagem policial.

Assim, apesar das discontinuidades e incapacidade das políticas pretéritas de dar conta do problema, elas serviram como subsídio para a formulação da atual política de pacificação, indicando uma perspectiva incremental de aprendizagem institucional e formação de consensos e alianças, necessários à mudança de rumo das políticas tradicionais de abordagem da favela. Por outro lado, a atual política pública de segurança visa romper com algumas características das políticas anteriores que demonstraram ser prejudiciais, como a ausência de permanência do efetivo nas comunidades, que se tornou essencial quando a ação prioritária passou a ser a retomada do território pelo domínio estatal. Também é inovadora a forte articulação desta ação governamental com a atuação de grupos empresariais que participam diretamente no planejamento e implementação desta política com diferentes ações. A expectativa é que possam se beneficiar por meio da integração de áreas estrategicamente situadas nas zonas mais cobiçadas pelo mercado imobiliário, em uma cidade que vive um clima de euforia com sua nova inserção na economia dos eventos globais.

A possibilidade de compatibilizar nestes territórios ações governamentais, a expansão do mercado e das atividades empresariais e a expansão da condição de cidadania é a questão que nos mobilizou a pesquisar esta dinâmica em um caso concreto. A literatura nos mostra que esta compatibilização foi possível com a expansão da cidadania, o que permitiu a

coexistência de um status igualitário assegurado pelo Estado em relação a direitos e deveres, com uma sociedade marcada pelas desigualdades de mercado, ainda que limitadas pela regulação estatal e pelas políticas distributivas de proteção social (MARSHALL, 1967). Se a trajetória desta construção da modernidade democrática capitalista foi contraditória e dependente das relações e instituições sociais existentes em cada contexto histórico, em sociedades marcadas pelas desigualdades e exclusão social, a governabilidade democrática dependerá da capacidade estatal de gerar inclusão ativa da cidadania, rompendo barreiras discriminatórias impostas pelo mercado, pela cultura elitista e pela persistência de modalidades de apropriação de bens públicos por alguns poucos (FLEURY, 2004). A busca de um rearranjo destas relações entre Estado, Mercado e Comunidade é o desafio da governança necessária à consecução de políticas públicas efetivas em um contexto de marcadas assimetrias.

A política atual de pacificação, implementada por meio das UPPs, permite observar como está se dando o redesenho destas relações em um dado território desde a perspectiva do fortalecimento do Estado pela recuperação do domínio territorial e do poder de coerção, o que permite a expansão dos negócios e conta também com ações empresariais de promoção social e de apoio às políticas públicas. Os efeitos destas sinergias e novas modalidades de ação pública sobre a comunidade podem ser observados desde a perspectiva da seguridade da cidadania, considerando tanto a garantia de direitos e incremento de capacidades, como o respeito às demandas comunitárias no desenho e execução das políticas.

No estudo de caso da favela Santa Marta o objetivo foi lançar luz sobre esse novo arranjo da política pública a partir de como esta nova realidade está sendo vivida pela população local. Assim, buscamos identificar como as relações entre Estado, Mercado e Comunidade têm sido alteradas na favela Santa Marta após a implantação da UPP, especialmente focalizando como essa rearticulação tem sido percebida pelos moradores. É lugar comum a constatação de que a atuação estatal na área (seja ela policial, assistencial ou promocional) permitiu a expansão do mercado e gerou novas possibilidades e tensões em relação às garantias cidadãs, do que justifica o estudo de caso da comunidade onde foi implantada a primeira UPP.

Para tanto, foi realizada na favela Santa Marta uma pesquisa de campo que teve início em meados de outubro de 2011 e estendeu-se até meados de dezembro do mesmo ano. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semiabertas nesta comunidade e junto a representantes de atores do mercado. Os dados foram analisados utilizando-se a análise de conteúdo, sob um viés qualitativo, além de observações participantes.

Assim, a partir da implantação da política pública de segurança na favela Santa Marta, analisamos a expansão do mercado na favela, no que tange a inserção de empresas externas a ela, bem como à diversificação e formalização de empreendimentos endógenos. Os efeitos causados nas relações sociais da comunidade foram estudados a partir das ações de agentes de mercado identificadas como responsabilidade sociais empresariais, desenvolvimento de capacidades e também a ocorrência de formas de mercantilização dos espaços sociais. Estas novas dinâmicas foram percebidas pelos moradores tanto como geradoras de maior reconhecimento e potencialidades, como também geradoras de profundas inseguranças em relação ao futuro da comunidade, vista como o elemento mais débil no jogo de forças mencionado.

A produção acadêmica acerca dos efeitos da atual política pública de segurança nas favelas tem sido intensa e pesquisas recentes têm produzido um conjunto de dados sobre a expansão do mercado nesses territórios. Contudo o aspecto da interação da população da favela com o mercado, de como esta dinâmica expansionista está afetando a vida das pessoas que lá habitam tem sido negligenciado. Buscamos, portanto, iniciar o preenchimento dessa lacuna ao focarmos nossa pesquisa na primeira favela pacificada, em dezembro de 2008: o

Santa Marta. Essa escolha se deu por considerarmos que o tempo transcorrido desde a sua implantação é razoável para que os reflexos possam ser percebidos com clareza, apesar de ser este um processo em constante mutação.

As limitações inerentes à incapacidade de generalização de estudo feito a partir de um caso podem ser compensadas pelas claras indicações de problemas percebidos pela população na implantação da política pública das UPPs, cujo conhecimento pode servir para que as autoridades governamentais façam ajustes nos rumos desta política, de forma a buscar o um arranjo virtuoso entre Estado, Mercado e Comunidade.

## **Estado, Mercado e Cidadania**

Karl Polanyi (1980) argumenta que o desenvolvimento do Estado moderno se deu de forma paralela e contraditória ao desenvolvimento da sociedade de mercado, porém ao mesmo tempo estavam intimamente ligados. Esse processo se deu por meio de um duplo movimento: de um lado houve a expansão do mercado; de outro a ampliação do poder estatal no sentido de evitar que a dinâmica do mercado levasse ao desmoronamento da sociedade. Mecanismos de regulação e de proteção social levaram a um reequacionamento da interação do mercado com a sociedade, cujos valores se materializaram em um conjunto de direitos e deveres assegurados por meio de políticas e instituições estatais.

A cidadania, instituição em constante desenvolvimento, iniciou seu crescimento pelo menos desde a segunda metade do século XVII na Inglaterra, paralelamente ao desenvolvimento do capitalismo. Marshall (1967), principal teórico da cidadania, se pergunta como foi possível que o conceito igualitário de cidadania tenha se desenvolvido numa sociedade de classes, baseada em relações de mercado em princípio desiguais? O autor argumenta que a ampliação dos serviços sociais não é, primordialmente, um meio de igualar rendas. O que interessa é o enriquecimento da vida civilizada, uma redução do risco, da insegurança, uma igualação entre os mais e menos favorecidos em todos os níveis. Assim, conclui em seu ensaio que “a igualdade de *status* é mais importante do que a igualdade de renda” (MARSHALL, 1967, p. 95). Em outras palavras, a desigualdade inerente ao sistema de classes é passível de aceitação se a igualdade de cidadania for reconhecida.

Marshall define cidadania como um “*status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*” (MARSHALL, 1967, p. 76).

A cidadania, mesmo em suas formas iniciais, constituiu um princípio de igualdade; igualdade esta politicamente construída, visto que o que encontramos na natureza humana é a diferença (ARENDT, 1993). O núcleo da cidadania nessa fase eram os direitos civis, de caráter acentuadamente individualista, os quais eram indispensáveis para uma economia de mercado competitiva (MARSHALL, 1967), baseada na liberdade dos indivíduos de estabelecer relações contratuais.

Marshall (1967) e Polanyi (1980), ao analisarem o contexto inglês do desenvolvimento da revolução industrial nos mostram que a compatibilização entre uma sociedade de mercado com o *status* de igualdade evoluiu, ao longo de três séculos, de forma contraditória por meio da expansão do Estado e de sua crescente intervenção e regulação da dinâmica econômica e social, traduzida na garantia de direitos e deveres dos cidadãos. A expansão da cidadania tende a combinar componentes contraditórios, o que permite diferentes leituras e disputas em relação a este conceito, desde uma perspectiva libertária a outra de natureza mais igualitária. Nos seus extremos a liberdade irrestrita, mesmo favorecendo o mercado, gera ameaças à existência da sociedade, enquanto a igualdade quando implica em restrição à livre ação dos indivíduos compromete o princípio básico no qual o mercado se sustenta. Por outro lado, tanto o mercado requer a igualdade formal para o estabelecimento

das trocas contratuais e suas garantias legais, quando a igualdade jurídica pressupõe a autonomia dos sujeitos para que se efetive. Estas tensões inerentes à construção do Estado moderno e de suas interfaces com o mercado e a cidadania tendem a aprofundar-se com a complexificação das sociedades, nas quais as reivindicações de igualdade e liberdade passam a somar-se com as de reconhecimento das diversidades e requisitos de participação cidadã na gestão da coisa pública (FLEURY, 2003; FRASER, 2003, YOUNG, 2000).

Para Amartya Sen (2000) a subordinação da igualdade pela liberdade, ou vice-versa, é um falso paradoxo que seria resolvido com sua compatibilização por meio da introdução noção de capacidade. Só por meio do desenvolvimento de capacidades os indivíduos poderiam exercer plenamente igualdade e liberdade. Assim, enquanto a pobreza é tradicionalmente identificada como um mero baixo nível de renda para Sen (2000) ela deve ser vista não somente como uma renda baixa, mas principalmente como uma situação de privação de capacidades básicas; capacidades por ele entendidas como possibilidades de ser e de fazer do indivíduo, tais como ser saudável, bem nutrido, ter conhecimento, participar da vida da comunidade. A privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades. Essa ideia está associada com o custo de vida de uma dada sociedade e das exigências contextuais para os indivíduos participarem da vida da comunidade, as quais podem ser severas.

Sen (2000) aponta a possibilidade de compatibilização entre mercado e sociedade por meio da intervenção governamental, única forma de assegurar oportunidades iguais e respeito à liberdade. Argumenta que a eficiência por meio do livre mecanismo de mercado ocorre simultaneamente ao agravamento dos problemas de desigualdade e compromete mesmo a liberdade. Nesse aspecto, o autor defende que, para lidar com os problemas de equidade, especialmente no que tange a graves privações e pobreza, a intervenção social, incluindo o custeio governamental, pode ter um papel crucial.

## **Metodologia da Pesquisa**

A estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso da favela Santa Marta, localizada no bairro de Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. O Santa Marta foi a primeira comunidade a receber uma Unidade de Polícia Pacificadora e, por esse motivo, já transcorreu tempo razoável (três anos) para que o mercado local respondesse aos impactos dessa política pública, bem como já é possível perceber novas interações entre atores do mercado externo e a comunidade, alteradas pela maior inserção do Estado, e iniciada pela implantação da política pública da UPP.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa de campo, que teve início em meados de outubro de 2011 e estendeu-se até meados de dezembro do mesmo ano. As dezoito entrevistas realizadas foram individuais e baseadas em roteiros com estrutura semiaberta.

A contextualização do mercado local foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica em relatórios, artigos de jornais, observações participantes em atividades festivas, guiamento turístico, bares e restaurantes, além de entrevistas com seis moradores que se destacam na comunidade pela atividade empreendedora que realizam, critério utilizado para seleção dos entrevistados.

Com vistas a identificar a atuação de diferentes atores do mercado externo na comunidade, foram realizadas pesquisas bibliográficas, entrevistas e observações participantes, como no Fórum da UPP Social e na reunião do Grupo ECO<sup>1</sup>. Os sete entrevistados são representantes de empresas ou instituições do mercado que estão atuando diretamente na comunidade, com presença física no local. Esse foi, portanto, o critério utilizado para a escolha dos entrevistados representantes do mercado externo à favela e que nela estão atuando após a implantação da UPP.

Para identificar alterações ocorridas após o marco da UPP, no que tange a relação entre Estado, Mercado e Comunidade sob o ponto de vista dos cidadãos, optamos por entrevistar também alguns moradores que não realizassem atividades empreendedoras, num total de cinco entrevistados. Exceto por dois deles, que são lideranças na comunidade, os demais foram abordados de forma aleatória.

Os dados coletados foram tratados por meio do método análise de conteúdo (BARDIN, 2006), valendo-se de uma perspectiva qualitativa. Assim, utilizamos a análise categorial, que se baseia no desmembramento do texto em unidades, ou seja, em categorias a partir de um agrupamento por semelhança. As categorias de análise foram definidas durante o andamento da pesquisa, portanto na modalidade aberta, que se justifica em face da necessidade de se evitar excluir previamente categorias importantes (BAYLEY, 1994).

Seguindo os preceitos deste método, foram definidas as categorias de análise: 1) Expansão do mercado local; 1.1) Empresas sobem o morro; 1.2) Diversificação; 1.3) Formalização; 2) Responsabilidade social; 3) Capacidades; 4) Mercantilização dos espaços sociais; 6) Inseguranças. Diversos desses aspectos estão imbricados. Contudo, por questões de didática, eles serão apresentados de forma separada e enfatizados quando considerarmos que o ponto em questão é o mais relevante.

## **Expansão do Mercado Local**

### **a) Empresas Sobem o Morro**

O período pós-pacificação é marcado pela entrada de grandes empresas no morro. De olho nos consumidores que ali habitam, elas direcionam atividades para o mercado antes inacessível.

Em setembro de 2010 foi inaugurada uma mini Casa & Vídeo, loja que vende desde eletrodomésticos a pequenos utensílios, na Praça Cantão, principal espaço comercial da comunidade. O imóvel alugado pela empresa pertence ao empresário local apelidado pela grande imprensa de Eike Batista do Santa Marta.

O banco Bradesco instalou, em meados de 2010, no prédio da creche localizada na Rua Jupira, principal rua da favela, um Posto de Atendimento Avançado. Com apenas um funcionário, realiza atividade gerencial relacionada à concessão de crédito e disponibiliza um caixa eletrônico. Há ainda o serviço realizado pelo o que chamam de Bradesco Expresso, o qual pratica a atividade operacional de um banco, ou seja, abre contas, recebe pagamentos, depósitos, abre cartões e faz saques. O Santa Marta possui três comerciantes que operam como Bradesco Expresso. Esses comerciantes locais parceiros do Bradesco recebem por cada transação que realizam e, como ressaltou nosso entrevistado, “recebem bem para isso”.

### **b) Diversificação**

A grande repercussão da política pública no Santa Marta estimulou o surgimento de um projeto pioneiro, o Rio Top Tour, tornando a comunidade parte do roteiro turístico oficial da cidade. Realizado com o apoio do Ministério do Turismo, da agência de fomento do Governo do Estado e do SEBRAE, sendo este responsável pela capacitação de moradores como guias turísticos, o projeto tem se mostrado uma nova oportunidade de fonte de renda para os moradores, sejam eles guias ou comerciantes locais.

Outra novidade do mercado do Santa Marta no período pós-UPP foi o campo de *Paintball*<sup>ii</sup>, idealizado por um morador. A gravação de filmes, novelas, clipes de música de artistas renomados também passou a fazer parte da rotina dos moradores do Santa Marta. Tais gravações representam uma fonte de renda extra para aqueles moradores que participam

como figurantes ou que alugam suas casas para as filmagens. Um espaço utilizado para a realização de festas criado por dois irmãos “nascidos e criados” na comunidade é também uma das novidades no mercado local.

Eventos festivos nos finais de semana, em especial rodas de samba, têm atraído público de fora da comunidade dispostos a gastar somas altas, para o padrão local, com a entrada no evento, além de comer e beber. Os eventos mais conhecidos são as rodas de samba e outros shows que ocorrem na Quadra de Samba da Mocidade Unidade do Santa Marta, localizada na Praça Cantão. As famosas rodas de samba organizadas pelo grupo do bloco de carnaval da Zona Sul Spanta Neném atraem um público classe média que enche a quadra e seus arredores na Praça Cantão, onde estão localizados diversos bares. O bloco de carnaval custeia outras duas bandas que tocam do lado de fora da quadra, com acesso livre a todos. Assim, a circulação de pessoas e o consumo permanecem intensos quando ocorrem tais rodas, deixando os comerciantes dos bares em constante expectativa para o próximo evento. Além disso, a nova clientela altera a dinâmica do comércio em questão, ao exigir produtos, frequentemente de preço mais elevado, com os quais não estavam acostumados a trabalhar.

Por outro lado, existem aqueles comerciantes que se sentem prejudicados pela maior inserção do Estado, em especial aqueles que não se enquadram no comércio voltado aos turistas ou ao público externo. O aumento dos custos pela regularização dos serviços de luz e água, bem como a coação pela formalização dos empreendimentos torna o comércio mais custoso. Ademais, o fato dos moradores terem que arcar com a formalização dos serviços supracitados e da TV a cabo compromete boa parte do orçamento, resultando numa disponibilidade financeira menor para consumir no interior da comunidade.

Por fim, o comércio ambulante localizado na entrada do morro se sente inseguro com a entrada do Estado e suas fiscalizações. A Associação Comercial juntamente com os próprios ambulantes lutam pela sua permanência por meio da legalização das barraquinhas por parte da prefeitura, ainda sem uma efetiva resposta do ente.

### **c) Formalização**

Com a maior inserção do Estado nas favelas cariocas, viabilizado pela implantação de UPPs, deu-se início a um processo de regularização de algumas informalidades, dentre elas a do comércio local. De acordo com dados do Sebrae<sup>iii</sup>, cerca de 92% dos negócios nas favelas cariocas são informais. O projeto Empresa Bacana, organizado pela Diretoria de Desenvolvimento Econômico do Instituto Pereira Passos e realizado pela prefeitura em parceria com o Sebrae e Sindicato de Empresas de Serviços Contábeis (Sescon), oferece aos que faturam até R\$ 36 mil por ano a chance de formalizar o seu negócio pagando R\$ 28,25 (no caso do comércio ou indústria) ou R\$ 32,25 (prestação de serviços) mensais. O mutirão tem sido realizado em cada comunidade pacificada, as quais são o foco atual do projeto.

Segundo relatos de alguns entrevistados, o maior atrativo aos olhos do microempreendedor na favela Santa Marta é a possibilidade de, com o número do CNPJ em mãos, adquirir o sistema de vendas por cartão de crédito, o que representa maiores possibilidades de vendas para os comerciantes que se beneficiam com a mudança de clientela. De acordo com a Associação Comercial do Santa Marta, hoje são 70 comerciantes formalizados na comunidade.

Um segundo aspecto da formalização do qual trataremos aqui é o da regularização dos serviços no Santa Marta após a instalação da UPP. Em substituição aos chamados “gatos”, prática até então comum de acesso irregular à luz e TV a cabo, regularizou-se o fornecimento destes serviços, bem como o de água.

O fornecimento de energia elétrica foi o primeiro serviço a ser regularizado após a implantação da UPP (CUNHA; MELLO, 2011). Segundo dados da empresa, 90% dos

domicílios não possuía fornecimento legal de energia. Hoje, o número de famílias saltou de 73 antes da UPP para 1.594<sup>iv</sup>.

Buscando um maior envolvimento dos moradores no programa de eficiência energética e a redução do impacto da cobrança regular da energia consumida, a Light realizou a troca de antigas geladeiras por novos modelos mais econômicos, fez reformas elétricas em casas, trocou lâmpadas, realizou ações educativas e disponibilizou um aparelho de medição para que cada morador pudesse controlar o próprio consumo. Tais ações são reflexos das determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que estabelece que as empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da receita operacional líquida (ROL) em programas de eficiência energética voltados a comunidades de baixo poder aquisitivo<sup>v</sup>.

Durante o período de transição foi fixado um teto de cobrança do consumo, medido em quilowatts-hora, estabelecido a partir da média do consumo local. Esse teto, revisado e ampliado a cada quatro meses, tinha como objetivo “adaptar” os moradores à nova cobrança, pois, quando retirado o teto estipulado<sup>vi</sup>, a tarifa cobrada seria a mesma do asfalto. O desconto é previsto somente para aqueles que possuem Número de Inscrição Social (NIS) por estarem vinculados a programas sociais como o Bolsa-Família ou o Cheque Cidadão ou para aqueles que participam do projeto Light Recicla, que, implantado primeiramente no Santa Marta, prevê a troca de lixo reciclável por desconto na conta de luz.

De acordo com o representante da Light entrevistado por nós, a empresa tem a intenção de tratar o morador de favela como um cliente normal. Ele coloca a questão do próprio dilema da compatibilização entre o mecanismo de mercado e a condição de cidadania de como tratar igualmente pessoas tão desiguais: “a gente não quer criar uma ‘Lightinha’ separada [...] eu quero tratar esse cliente como cliente da Light, não como coitadinho”.

A nova cobrança, mesmo no período em que se encontrava reduzida pelo teto estipulado, tem impactado consideravelmente o orçamento dos moradores e é alvo frequente de reclamações. A queixa esteve presente em todas as entrevistas que realizamos e podemos classificá-las como sendo fundamentalmente de três naturezas: arbitrariedade associada à falta de transparência na medição do consumo; desconfiança da atuação da companhia gerada pela falta de transparência; e insegurança financeira que a cobrança considerada abusiva provoca. Visto que a energia elétrica é um serviço considerado imprescindível, o não pagamento e o conseqüente corte do fornecimento é evitado com empenho pelos moradores. A conta de energia não diferenciada para os moradores de favela é, portanto, um dos grandes fatores de empobrecimento na comunidade.

O fornecimento de água, como já foi citado por alguns dos entrevistados nos trechos destacados acima, também tem sido alvo de polêmica. Moradores receiam que a conta de água apresente o mesmo aumento gradual que a cobrança da energia elétrica. Segundo relato de moradores, a cobrança iniciou-se com uma taxa considerada baixa por eles, R\$ 8,00. Entretanto, com o tempo, passou para R\$ 18,00, pois agora inclui a taxa de esgoto no valor de R\$ 10,00. Essa é outra reclamação unânime entre os moradores, que argumentam ser descabida a cobrança por um serviço que não é prestado, visto que não possuem saneamento adequado, com valas abertas e a sujeira que as acompanha espalhadas pela comunidade, além da irregularidade no fornecimento de água.

Outro serviço que foi formalizado e que impactou no orçamento do morador do Santa Marta foi o de TV por assinatura. Moradores relatam que este é mais um custo com o qual não estavam habituados e que afeta as finanças. Assim que a empresa Sky formalizou o fornecimento do sinal da TV por assinatura, logo após a chegada da UPP, os pacotes oferecidos eram os mesmos do asfalto. Muitos moradores aderiram, fazendo dessa despesa

mais um fator de empobrecimento. Relatam que tentam cancelar o serviço, mas existe um contrato que prevê alta multa em caso de rescisão contratual.

Após experiências como a do Santa Marta e de outras favelas pacificadas mostrarem que a cobrança do valor praticado no asfalto para aquela nova clientela traria problemas, a empresa Sky e o governo do estado do Rio de Janeiro chegaram a anunciar, em setembro de 2010, um termo de cooperação e um pacote desenvolvido pela operadora especialmente para as áreas pacificadas, o “SKY UPP”<sup>vii</sup>, que seria oferecido por uma mensalidade mais baixa, no valor de R\$ 44,90. Contudo, os moradores do Santa Marta com os quais conversamos relataram desconhecer o pacote mais barato.

### **Responsabilidade Social<sup>viii</sup>**

Encontramos ações de diferentes naturezas em termos de responsabilidade social na favela Santa Marta. Elas visam construir uma boa imagem da empresa ou instituição perante a comunidade e a cidade, mas ao mesmo tempo possuem outras especificidades.

A primeira está vinculada ao sistema corporativo, que tem uma relação próxima com o Estado e intensa atuação na comunidade. Fruto de um acordo firmado entre o governo do estado e da prefeitura do Rio de Janeiro com o sistema Firjan, o programa SESI Cidadania é realizado especificamente nas comunidades pacificadas do Rio de Janeiro. Lançado em agosto de 2010, o programa leva serviços gratuitos de educação, cultura, saúde, esporte e lazer a moradores de 19 regiões com UPPs.

O programa Indústria do Conhecimento, vinculado ao SESI Cidadania, teve sua quinta unidade implantada no Santa Marta, em setembro de 2011. Segundo alguns moradores, o fato de tal espaço ter sido instalado no Pólo de Inclusão Social Padre Veloso, unidade do poder público onde estão situados outras instâncias de ação social, localizado na Praça Corumbá, na entrada do morro pela rua São Clemente, trouxe uma nova dinâmica para o Pólo, o qual estava subaproveitado. Para nós, o fato do programa da Firjan no Santa Marta se situar nesse local, deixa clara a articulação existente entre a Federação e o Estado.

A segunda diz respeito a responsabilidade social imposta por regulação estatal. Como foi dito no tópico acerca da formalização, as ações de eficiência energética da concessionária Light direcionadas às comunidades de baixo poder aquisitivo estão associadas à determinação da ANEEL. A literatura não é unânime e aponta que essa forma de atuação pode ou não ser vista como ação de responsabilidade social empresarial, visto que não é voluntária. Contudo, essa regulação evidencia a importância da ingerência estatal na compatibilização entre mercado e cidadania.

A terceira se refere às atuações esporádicas que visam manter relações com a comunidade e estão, em geral, vinculadas ao objetivo de aumentar a venda de produtos ou atrair mão de obra. Uma delas foi a abertura de vagas para contratação de moradores de comunidades pacificadas para a função de atendente de *call center* na empresa responsável por esse serviço na Light. O banco Bradesco e a Casa & Vídeo buscam apoiar atividades organizadas pela comunidade, como a festa do dia das crianças, além de oferecer vagas de emprego em suas lojas.

### **Capacidades**

A maior entrada do Estado na favela associada ao empenho de diversos setores em levar ações sociais tem contribuído para o aumento de oportunidades e capacidades (SEN, 2000). Segundo o comandante da UPP Santa Marta, capitão Andrada<sup>ix</sup>, antes as pessoas tinham que conviver com o tráfico, hoje a UPP lhes dá escolha.

De acordo com o agente comunitário do programa SESI Cidadania e morador do Santa Marta, as oportunidades aumentaram e muita coisa está chegando: “Onde tem segurança melhora tudo. Oportunidades estão batendo na porta, só não faz quem não quer”. O período pós-UPP permitiu que novas oportunidades chegassem à comunidade, segundo alguns dos entrevistados. Enfatizam o aumento da oferta de trabalho, de projetos e serviços públicos, de cursos profissionalizantes e oportunidades de trabalho.

Por outro lado, há aqueles moradores que acreditam que os cursos oferecidos por instituições como FAETEC e SENAI<sup>x</sup> não condizem com os anseios da população e principalmente dos jovens. Para eles, tais cursos não dão oportunidades e capacidades novas para os jovens, mas os limitam aos subempregos que o mercado lhes oferece e nos quais prefere mantê-los, porém muitos não se interessam.

### **Mercantilização dos Espaços Sociais**

Com a sensação de segurança trazida pela política de segurança pública, a favela se mostrou um local lucrativo ao atrair pessoas de fora da comunidade que buscam nos eventos que ali ocorrem algo diferente, em especial aqueles que são realizados na quadra da escola de samba. Dessa forma, os moradores, que tinham como principal espaço para festas a quadra da escola de samba, sentem que perderam espaço em sua própria comunidade para aqueles de fora que agora aproveitam para lá circularem e para os que lucram com a mudança de público, além de sofrerem com a ordem imposta pela UPP para a realização de suas festas.

As festas para pessoas de fora da comunidade não ficam restritas à quadra da escola de samba. Um vez por mês a Laje do Michael Jackson, outro espaço de socialização dos moradores, é ocupada por uma roda de samba organizada por um morador juntamente com outros três músicos do asfalto, que, apesar de ser gratuita e aberta a todos, tem como principais frequentadores cariocas de fora da comunidade e turistas estrangeiros buscando lazer alternativo.

Além da perda do espaço para suas próprias festas e eventos de lazer, a intensa movimentação de pessoas motivadas pelas festas ou pelo turismo praticado na favela incomoda os moradores que têm a circulação prejudicada pelo congestionamento de pessoas. Alguns moradores se sentem incomodados com a presença de pessoas com as quais não se identificam circulando pela comunidade e olhando dentro de suas casas. Muitos se queixam do barulho e da sujeira deixada pelos visitantes nas proximidades dos locais das festas. Outros questionam por que a infraestrutura da comunidade não é beneficiada com a entrada dessa nova renda, e sim apenas aqueles que lucram diretamente com os eventos.

Por fim, apesar de alguns defenderem que esse movimento de subida do morro por pessoas de fora dele é uma oportunidade de integração morro/asfalto e possibilita a desmistificação do estereótipo do favelado devido a percepção mais próxima daquela realidade por aqueles que não a conheciam, o que predomina é o sentimento de perda de espaço para a exploração mercadológica. Ademais, pouco conseguem interagir com a cidade, que também costuma praticar preços elevados, ou seja, agora ambos fora do alcance do favelado. A integração não ocorre se não acontecer nos dois sentidos: asfalto-morro, morro-asfalto. Portanto, o que tem ocorrido na comunidade Santa Marta é mais uma invasão da classe média e uma mercantilização dos seus espaços sociais.

### **Inseguranças**

A nova realidade vivida pela favela Santa Marta após a implantação da política pública da UPP e maior inserção do Estado tem trazido diferentes benefícios para aquele

território. Por outro lado, são várias as inseguranças causadas pelas recentes mudanças. A primeira que apontamos aqui diz respeito à própria política pública das UPPs. Os moradores de favelas já assistiram algumas iniciativas de policiamento comunitário darem errado, o que gera grande desconfiança e insegurança. Itamar Silva, membro do grupo ECO, comenta a experiência vivida com o Destacamento de Polícia Ostensivo (DPO) no governo Anthony Garotinho: oito meses depois da instalação, a DPO se retirava do morro e, em seguida, aconteceu uma das piores guerras entre quadrilhas<sup>xi</sup>.

Esse exemplo nos permite entender o sentimento atual da comunidade diante da política pública das UPPs. O receio de que a iniciativa se deva puramente aos interesses associados aos megaeventos que serão sediados pela cidade - alguns jogos da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 - desperta grande desconfiança nos moradores, além da percepção de que predomina o “interesse deles”, o qual não coincide com o “nosso”.

Existe ainda a visão de que o Estado não dá segurança para aquela população; diante disso, alguns optam por se resguardar nesse período de mudanças, que para muitos tem o prazo de validade limitado a 2016. Assim, evitam expor opiniões de forma explícita. A insegurança gerada por essa possibilidade leva um dos entrevistados a considerar sair do morro devido ao medo de ser repreendido pelo progresso alcançado fora do crime, caso traficantes voltem a dominar o território. Segundo Itamar Silva (grupo ECO), “quando a polícia se instala, para impedir [...] atritos, há uma certa paz. Mas quando ela sai - pode ficar até um, dois anos -, há uma cobrança em cima daqueles que, de alguma forma, se protegeram com a intervenção da polícia”<sup>xii</sup>.

Aqueles que residem no pico do morro, local com moradias mais humildes e com menor infra-estrutura, enfrentam outra insegurança: a possibilidade de remoção. A prefeitura argumenta que o motivo para a remoção se deve à situação de risco em que se encontram as casas ali localizadas. Contudo, alguns moradores entrevistados atribuem a possível remoção ao interesse da prefeitura e de empresários de criar um grande ponto turístico no pico do morro. Seja essa crença verídica ou não, o fato é que aqueles moradores se encontram constantemente sob o medo da remoção de suas casas e questionam porque a verba disponível para reassentá-los ou indenizá-los não é utilizada para dar-lhes a segurança que as autoridades argumentam faltar.

Outra insegurança que apontaremos aqui está diretamente associada ao custo de vida no morro após a maior inserção do Estado. Conforme destacado na categoria *Formalização*, o aumento dos custos associado à regularização dos serviços de energia elétrica, água e TV por assinatura sobrecarrega o orçamento do morador da favela. Além disso, alguns moradores do Santa Marta apontam que os preços praticados pelas biroskas e pequenos comércios, como bar, padaria e restaurante também tiveram os preços inflacionados pelos novos custos com os quais devem arcar e pela procura de uma clientela com maior poder aquisitivo que tem frequentado a comunidade.

O aumento do preço dos aluguéis também traz insegurança para aqueles que não possuem casa própria. Na parte alta da comunidade houve uma valorização de 200%, enquanto que na parte baixa a valorização foi de 74%<sup>xiii</sup>.

A insegurança maior que tanto preocupa os moradores é o risco de uma remoção camuflada, que vem sendo chamada de “remoção branca”, pois não se daria de forma violenta e impositiva, mas por pressão do mercado. Uma comunidade como o Santa Marta, bem localizada na Zona Sul da cidade, com o plano inclinado que favorece o acesso às partes altas do morro, apesar dos constantes problemas, sem tráfico armado, pode facilmente atrair o interesse de especuladores (MATTAR; CHEQUER; DIAS, 2010). Assim, o aumento dos custos dentro da favela modelo é, portanto, fator de pressão para a saída dos atuais moradores.

Outros entrevistados demonstram inquietude e insegurança ao falar da atuação do Estado e do mercado na comunidade. Para alguns, a favela está sendo oprimida e até expulsa pelas ações do governo, que atuaria somente para construir conjuntos habitacionais distantes da área central, ou seja, o processo de gentrificação<sup>xiv</sup>. Acreditam que o Santa Marta está sofrendo uma grande exploração econômica, o que agrava a sensação de rivalidade entre morro e asfalto, com este sendo percebido como oportunista ao querer aproveitar economicamente a situação de tranquilidade na favela e ao mesmo tempo passando por cima daqueles que ali habitam.

A cidade comemora a retirada do domínio armado do tráfico na favela, possibilitando a inserção mais efetiva do Estado e da ordem. Contudo, ignora-se os problemas causados aos moradores da favela pela exploração econômica que acompanha a nova ordem, como a insegurança e o medo da remoção branca. Ao contrário, tal exploração é socialmente aceitável e até estimulada ao ser percebida como um processo natural.

### **Considerações Finais**

Em sociedades profundamente injustas e excludentes, a cidade ao invés de expressar a convivência da pluralidade e diversidade, fragmenta-se demonstrando a incapacidade de coesão social. Nestes casos, a violência urbana, muitas vezes, se desenvolve como um sintoma da desagregação social aliada a fatores como a globalização do narcotráfico e do tráfico de armas. A política pública das UPP no Rio de Janeiro, ainda que seja uma resposta ao sintoma do problema, tem sido vista como a possibilidade de devolver à cidade a sensação de segurança que ela carece.

Para além dos efeitos pretendidos de resgatar os territórios do domínio do tráfico, devolvendo ao Estado o monopólio da coerção, a política de pacificação tem propiciado uma rearticulação entre Estado, Mercado e Comunidade que merece ser analisada. Este foi o propósito do estudo de caso realizado na favela Santa Marta, tomando como foco a percepção dos agentes envolvidos tanto do mercado quanto da comunidade. A necessidade de estudar o fenômeno se mostrou evidente, uma vez que há de fato uma nova dinâmica de relações entre agentes políticos, econômicos e sociais, que está sendo desenhada de tal forma que esta nova cartografia indica um direcionamento induzido pela política pública, que transcende os objetivos e metas anunciados. Tal aspecto é de fundamental importância ao se avaliar os efeitos da política pública em questão, tendo em conta a assimetria de poder e recursos entre os três agentes envolvidos.

A ocupação policial da favela Santa Marta, antes controlada pelo tráfico, e a maior inserção do Estado significou um importante tônico para os negócios de algumas empresas, bem como para o aumento na arrecadação de impostos. Ao mesmo tempo em que os moradores apreciam a facilidade de acesso a certos produtos e a melhoria na prestação dos serviços de TV por assinatura e luz, veem o orçamento doméstico ser reduzido pelo gasto extra. Corre-se, pois, o risco de que esta política tenha como trade-off o empobrecimento da população, enquanto o governo tem como meta a redução da pobreza.

A expansão de mercado, propiciada pela maior inserção do Estado, permite que cheguem alguns benefícios, como serviços de maior qualidade, diversidade na oferta, conhecimento, oportunidades de fontes de renda e de capacitação. Assim, aqueles que têm mais capacidade de aproveitar a oportunidade, de lucrar, são beneficiados pela nova realidade, enquanto outros tantos vivem na insegurança. Nesse sentido, a ideia de uma sociabilidade comunitária é, de certa forma, corroída pelo individualismo que o mercado provoca, cada um tentando garantir o seu. A maior entrada do mercado provoca disputas e prevalência de interesses pessoais, pois ele não atua de forma especificamente solidária. Apesar das ações de responsabilidade social que estão ocorrendo e das muitas ações de

diferentes órgãos públicos, o propalado imaginário do jovem empreendedor em substituição ao do traficante poderoso, envolve um elevado grau de ilusão, já que poucos possuem habilidades ou terão oportunidades de atingir este ideal.

Enquanto alguns empreendedores aproveitam o aumento do turismo e da circulação de pessoas de maior poder aquisitivo para desenvolver iniciativas lucrativas de lazer, muitos moradores sentem que o espaço de lazer foi restringido, pois a quadra da escola de samba passou a abrigar festas caras, a laje do Michael Jackson recebe frequentadores da rua para evento de samba, os preços praticados pelos bares aumentaram, ou seja, há um processo de mercantilização dos espaços sociais que segrega a população favelada dentro da própria comunidade.

Indubitavelmente a população que ali reside percebe que a segurança física proporcionada pela presença do policiamento comunitário ostensivo viabiliza a entrada de outras ações de cunho social e de serviços públicos, bem como de novos interesses. Os moradores, em sua maioria, sentem maior segurança e percebem que, por meio dela, o Santa Marta ganhou visibilidade na mídia e perante a cidade. Contudo, nem todos terão condições de arcar com o preço da paz, o que gera insegurança. Aqueles que não conseguem agarrar as oportunidades que têm surgido e que não têm condições de arcar com o aumento do custo de vida, possivelmente reduzirão o padrão de vida ou terão que sair da comunidade para locais mais afastados. O possível processo de *gentrificação* das zonas pacificadas adiará a solução dos problemas habitacionais e urbanos ao varrer a pobreza para áreas afastadas da cidade, onde há escassez de transporte público, de hospitais e escolas, além de outros serviços públicos.

O aumento do custo de vida na comunidade significa algo além do empobrecimento, pois, a privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades. Participar da vida da comunidade, em sentido amplo, está associado às exigências contextuais, que são cada vez mais rigorosas. Apesar da grande maioria dos moradores terem sentido o impacto da cobrança de luz em seus orçamentos e o empobrecimento que o novo custo tem gerado, a política de regulação da ANEEL demonstra a importância que esse tipo de atuação estatal tem quando a questão é proteger os mais vulneráveis. Ademais, os efeitos da regulação não se restringem aos mais pobres, pois promove um bem público ao reduzir o desperdício, as disparidades e a poluição. Há nesse fato, portanto, sinergia entre mercado, Estado e sociedade.

A chegada de diferentes projetos de capacitação à comunidade nesse período de rearticulação entre poder público, empresariado e a própria comunidade, é percebido por alguns moradores como uma ampliação das oportunidades. Contudo, outros questionam o fato delas estarem limitadas a subempregos e afirmam que não atendem aos anseios dos moradores, em especial aos dos jovens, grupo que se supõe mais vulnerável à influência dos traficantes.

Ademais, há grande preocupação quanto a sustentabilidade do projeto UPP, que, para alguns moradores, tem seu fim marcado para após os jogos olímpicos de 2016, que serão realizados na cidade. Tal preocupação leva-os a agirem com prudência quanto às associações que fazem e quanto ao que falam, pois se sentem em um terreno ainda minado. Chega ao ponto de que aqueles que obtiveram sucesso empresarial com a chegada da UPP pensem na necessidade de sair do morro caso o projeto chegue ao fim, devido ao medo de represálias pelo seu alinhamento às forças dominantes na situação atual.

A história nos mostra que o Estado tem papel primordial na compatibilização entre mercado e a segurança do cidadão visando o enriquecimento da vida civilizada com a redução do risco e da insegurança. Sem proteção e regulação estatal, os moradores da favela veem os direitos de cidadania ameaçados pela crescente especulação mercadológica e imobiliária, além de sofrerem o empobrecimento causado pelo aumento do custo de vida.

Temem que isso resulte em um processo de remoção branca e começam a se organizar para fazer frente às políticas urbanas que não foram acordadas com a comunidade. A mobilização em torno da maior transparência das políticas e na regulação do mercado vem sendo demandada pela comunidade, cujo histórico de lutas para conquistar os benefícios mínimos da vida urbana, produziu atores respeitados dentro da favela.

Estes realizam trabalho de conscientização quanto à clientela que os empreendedores locais buscam atender, ou seja, moradores ou visitantes; convocam reuniões para discutir com a comunidade preocupações comuns; e reivindicam ativamente maior regulação e proteção do Estado, tendo em conta que a condição de cidadania não pode desconhecer as enormes desigualdades existentes entre a população da favela e os moradores do bairro no seu entorno. Igualar seus deveres de consumidores é visto como uma “cidadania de exceção”, já que não desfrutam no morro dos bens públicos que são oferecidos pelo Estado à população do asfalto.

O medo da exclusão, sentimento fortemente presente na favela Santa Marta atualmente, tem a ver, em grande parte, com as demandas de proteção contra os avanços desregulados do mercado. A sensação de que a comunidade está sendo explorada economicamente e que está à mercê da insegurança e da especulação, sem que seus moradores tenham uma proteção estatal eficaz, gera grande insegurança. O risco atrelado a esse movimento está no fato de que tal exploração é socialmente aceita e até estimulada, eclipsando seus efeitos deletérios.

A importância destes resultados está em mostrar que há uma demanda cidadã para que o poder público utilize os instrumentos de regulação e de proteção social para evitar que os interesses comerciais se sobreponham aos interesses sociais, defendidos durante toda a história de resistência e construção de uma identidade própria desta comunidade. A disjuntiva entre o domínio do tráfico ou a paz da UPP tende a colocar os moradores da favela sem a liberdade de escolha de suas preferências, desconhecendo ademais as enormes desigualdades existentes na distribuição de recursos e acesso aos bens públicos que persistem na favela.

Na ausência de liberdade e igualdade, que só poderão ser garantidas por uma presença estatal cujas políticas públicas reconheçam esta necessidade de equacionar de forma favorável à comunidade sua nova inserção urbana e social, o risco de que sejam tratados como meros consumidores é iminente. Assim, com o mercado subindo a favela como fruto da ação estatal, o que se coloca no cenário é a demanda de que a cidadania seja também garantida pelas políticas públicas. Se isto não acontecer, a subida do mercado ao morro pode vir a representar a descida da cidadania, com a expulsão da população favelada para novas áreas degradadas da periferia urbana. Se a equação equilibrada entre Estado, Mercado e Comunidade foi historicamente possível, esta questão está hoje na nossa agenda pública e requer uma resposta que preserve todos seus componentes. A condição de cidadania tem como pressuposto a presença do Estado como garantia da ordem policial e jurídica, mas seu exercício só se efetivará em condições de expansão das capacidades de forma a desenvolver as potencialidades individuais. Isto requer o reconhecimento das desigualdades de acesso e qualidade da população aos bens públicos e proteção diferencial contra uma mera inserção igualitária no mercado de consumo. Se não for assim, o mesmo movimento visto como sucesso da política de pacificação, medida pela subida do mercado ao morro, poderá indicar seu fracasso, com a conseqüente descida da cidadania.

## Referências Bibliográficas

- ANEEL. *Manual para elaboração do programa de eficiência energética*. 2008.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Editorial Forense Universitária. 6. ed. São Paulo, 1993.
- BARDIN, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Edições 70. 4. ed.
- BAYLEY, K. D. *Methods of social research*. 4a ed. New York: The Free Press, 1994.
- CHEIBUB, Zairo; LOCKE, Richard M. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. In: Kirschner, Gomes e Cappellin (orgs.). *Empresa, empresários e globalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. v. 4, n. 3, p. 371-401, 2011.
- FLEURY, Sonia. La expansión de La ciudadanía. In: *Universidad Javeriana. Inclusión Social e Nuevas Ciudadanías: condiciones para La convivencia y seguridad democráticas*. Seminário Internacional – memórias. Colombia: Ed. Univ. Javeriana, abril de 2003.
- FLEURY, Sonia. Construcción de Ciudadanía en Entornos de Desigualdad. In: Binetti, Carlo y Fernando Carrillo (editores) *¿Democracia com Desigualdad?*. Washington DC: BID. 2004
- FRASER, Nancy. Social justice and the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. Fraser and Honneth. *Redistribution or Recognition?*. London: Verso. 2003
- IETS, *Primeira Análise da Pesquisa Socioeconômica e do Perfil de Gestão de Risco das Populações dos Morros Santa Marta, Babilônia e Chapéu Mangueira*. Rio de Janeiro. Análise preliminar, 30 jun. 2010.
- Light já reduziu em 90% 'gatos' de energia em cinco comunidades com UPPs*. G1, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/light-ja-reduziu-em-90-gatos-de-energia-em-cinco-comunidades-com-upps-3555758>. Acesso em 03 jan. 2012.
- MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MATTAR, Flávia; CHEQUER, Jamile; DIAS, Mariana. UPP: Tecendo Discursos. *Democracia Viva*, nº 45, p. 72-81, IBASE, jul. 2010.
- PERLMAN, Janice. *O mito da Marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977
- PANDOLFI, Dulce C.; GRYNSZPAN, Mario. *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 298 a 360.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RODRIGUES, Maria Cecília P. *Ação Social das Empresas Privadas: uma metodologia para avaliação de resultados*. 267 f. Tese (Doutorado em Administração). EBAPE/FGV. Rio de Janeiro, 2004.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São. Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SMITH, Neil. Toward a Theory of Gentrification: A Back to the City Movement by Capital, not People. *Journal of the American Planning Association*. n. 45. p. 538-547. 1979.
- SMITH, Neil. *New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy*. Graduate Center. City University of New York, New York. Editorial Board of Antipode. Blackwell Publishers. 2002.
- VALLADARES, Lícia. *A gênese da favela carioca*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.15, n.44, p.5-34, 2000.
- YOUNG, Iris M. *Inclusion and Democracy*. Oxford University Press. 2000
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

- 
- <sup>i</sup> Grupo formado por lideranças e moradores que começou com a criação de um jornal comunitário, em 1976, e cresceu ao se engajar em atividades de mutirão e mobilização.
- <sup>ii</sup> Esporte que consiste na disputa entre duas ou mais equipes munidas de armas que disparam bolinhas de tinta, em que as equipes tentam pegar a bandeira do time adversário.
- <sup>iii</sup> A coordenadora de programas do Sebrae-RJ em comunidades pacificadas, Carla Teixeira, afirma faltarem dados precisos sobre o empreendedorismo nas favelas. Uma pesquisa encomendada pelo Sebrae ao Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets) pretende detalhar as características dos negócios nesses locais. O resultado da pesquisa está previsto para sair em junho de 2012.
- <sup>iv</sup> *Light já reduziu em 90% 'gatos' de energia em cinco comunidades com UPPs*. G1, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/light-ja-reduziu-em-90-gatos-de-energia-em-cinco-comunidades-com-upps-3555758>. Acesso em 03 jan. 2012.
- <sup>v</sup> ANEEL. *Manual para elaboração do programa de eficiência energética*. 2008.
- <sup>vi</sup> O teto citado foi retirado em 31 de dezembro de 2011. Portanto, a partir de fevereiro de 2012, os moradores do Santa Marta passaram a pagar integralmente pela energia consumida.
- <sup>vii</sup> Fonte: <http://www.uppsocial.com.br/upp-social-sky-tv>. Acesso em 10 jan. 2012.
- <sup>viii</sup> RODRIGUES, Maria Cecília P. *Ação Social das Empresas Privadas: uma metodologia para avaliação de resultados*. 267 f. Tese (Doutorado em Administração). EBAPE/FGV. Rio de Janeiro, 2004.  
CHEIBUB, Zairo; LOCKE, Richard M. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. In: Kirschner, Gomes e Cappellin (orgs.). *Empresa, empresários e globalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- <sup>ix</sup> Quando a entrevista foi realizada, no dia 23 nov. 2011, o comandante da UPP Santa Marta era o Capitão Rodrigo Andrada. Porém, em dezembro do mesmo ano, foi substituído pelo Tenente Douglas.
- <sup>x</sup> FAETEC - Fundação de Apoio a Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro; SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- <sup>xi</sup> PANDOLFI, Dulce C.; Grynszpan, Mario. A favela fala: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 331.
- <sup>xii</sup> Idem, *Ibidem*, p. 342.
- <sup>xiii</sup> IETS, *Primeira Análise da Pesquisa Socioeconômica e do Perfil de Gestão de Risco das Populações dos Morros Santa Marta, Babilônia e Chapéu Mangueira*. Rio de Janeiro. Análise preliminar, 30 jun. 2010.
- <sup>xiv</sup> Ou enobrecimento urbano. O termo faz referência ao processo de conversão de áreas habitadas por uma população de menor poder aquisitivo para uma vizinhança com poder aquisitivo maior, por meio de uma estratégia do mercado imobiliário normalmente associado a uma política pública de revitalização dessas áreas degradadas visando torná-las mais atraentes ao grande capital. Para maiores informações, consulte: SMITH, Neil. Toward a Theory of Gentrification: A Back to the City Movement by Capital, not People. *Journal of the American Planning Association*. n. 45. p. 538-547. 1979 e SMITH, Neil. *New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy*. Graduate Center. City University of New York, New York. Editorial Board of Antipode. Blackwell Publishers. 2002.